Notícias do dia 07 de março

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

# Sumário

Número de notícias: 9 | Número de veículos: 6

RÁDIO BANDEIRANTES AM 820 GOIÂNIA - GO - MANHÃ BANDEIRANTES
TCE - GO
Consórcio QC Ambiental vai receber R$ 470 milhões para gerenciar os serviços de limpeza em Goiânia
. . . . . 3

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS DOS GABINETES
TCE - GO
Valorização da UEG é pauta de audiência pública conduzida pelo deputado estadual Antônio Gomide
. . . . . 4

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Matérias do Executivo são lidas no Expediente . . . . . 6

O POPULAR ONLINE - GO - CIDADES
TCE - GO
Atricon pede ao Supremo mais dez dias de prazo para consenso sobre lei goiana . . . . . 7

O POPULAR ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
STF dá mais 15 dias para consenso sobre lei de julgamento de contas . . . . . 8

A REDAÇÃO - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
TCE-GO define Edson Ferrari como relator das contas de Caiado neste ano . . . . . 10

CBN GOIÂNIA ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Caiado vai ao TCE para discutir consenso em ação no Supremo . . . . . 12

CBN GOIÂNIA ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Atricon pede ao STF mais 10 dias para consenso sobre lei que permite que Alego julgue contas do TCE
. . . . . 13

JORNAL CONTEXTO ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Servidores do TCE-GO sem concurso público permaneceram por decisão judicial . . . . . 14

# Consórcio QC Ambiental vai receber R$ 470 milhões para gerenciar os serviços de limpeza em Goiânia

TAGS: CONSÓRCIO, QC AMBIENTAL, SERVIÇOS DE LIMPEZA, COLETA SELETIVA, REMOÇÃO DE ENTULHOS, TCM, **TCE**-GO, SEINFRA, PREFEITURA DE **GOIÂNIA**, COMURG

***Multimídia:***
***http://midia.smi.srv.br/audio/2024/03/07/RDIOBANDEIRANTESAM820GOINIAGO-09.42.30-09.43.55-1709816227.mp3***

# Valorização da UEG é pauta de audiência pública conduzida pelo deputado estadual Antônio Gomide

A valorização dos professores, servidores e estudantes da Universidade Estadual de Goiás (UEG) foi pauta de audiência pública, na **Assembleia Legislativa de Goiás**, na manhã desta quarta-feira, 6. A sessão foi convocada e conduzida pelo deputado estadual Antônio Gomide (PT), e contou com participação dos deputados estaduais Bia de Lima (PT), Mauro Rubem (PT), Talles Barreto (UB), o reitor Antonio Cruvinel Borges Neto, o coordenador da Associação dos Docentes da UEG, Marcelo Moreira, estudantes, servidores e entidades de classe.

Antônio Gomide destacou que a audiência pública faz parte das demandas da comunidade universitária da instituição. Como presidente da Frente Parlamentar da UEG na Assembleia, o parlamentar se prontificou a organizar a reunião em contexto de greve protagonizada pelos docentes da universidade, em busca do plano de carreira da categoria.

Durante a audiência, o parlamentar elencou as demandas dos professores, como a extinção do quadro que limita a promoção, com 27% dos docentes da UEG que estão com salários incompatíveis com suas titulações. Ele salientou que dos 1.010 docentes concursados, 299 ainda aguardam promoção. Além disso, os professores solicitam o plano de carreira.

"Ainda estamos aguardando o projeto de plano de carreira a ser enviado pelo governo para a Assembleia Legislativa, para votarmos", cobrou Antônio Gomide, que reforçou a necessidade de criação de um comitê para diálogo direto com o governador Ronaldo Caiado (UB).

O deputado ainda lembrou que os estudantes lutam por aluguel social a partir da matrícula na universidade, direito ao passe livre interurbano, direito ao acúmulo de bolsas oferecidas pela universidade, no limite até de duas, aumento no valor desses benefícios, aumento da quantidade das bolsas, criação do restaurante popular, entre outras demandas.

Luta por melhorias

A deputada Bia de Lima, que é presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego), cobrou do governo estadual o plano de carreira e também o chamamento de técnicos administrativos, aprovados em concurso público, conforme manifestação do Ministério Público e **Tribunal de Contas do Estado**.

Já o coordenador da Associação dos Docentes da UEG, Marcelo Moreira, explanou o histórico de lutas dos servidores em prol da valorização da instituição junto ao governo estadual. Ele salientou que a categoria busca diálogo com o governo estadual há pelo menos um ano, mas não é atendida.

"Estamos dizendo o que desejamos e o governo se nega a conversar conosco. Somente com o Secretário Geral de Governo foram cinco reuniões desmarcadas", salienta.

Defesa

O reitor da UEG, Antonio Cruvinel Borges Neto, reforçou que solicita atualização do atual plano de carreira para que as vagas de docentes que estão represadas com promoções possam acontecer. Mas para isso é preciso de um projeto de lei, cuja iniciativa é do Executivo.

"Estamos trabalhando nesta pauta. Também a implantação do Regulamento do Regime de Tempo Integral de Dedicação à Docência e à Pesquisa, que conseguimos atender, com cadastro de reserva de 120. O governo nos oferece um sinal de mais 40 professores com processo bem encaminhado", reforçou o reitor.

O deputado Talles Barreto, líder do governo na casa, lembrou que o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), do qual o Estado de Goiás faz parte, limita gastos, o que impede certos avanços, mas que o governo estadual busca contemplar as demandas. "O estado vai buscar, sem criar problemas com o RRF, para atender. Vamos estar juntos, com bom senso e equilíbrio", disse.

A valorização dos professores, servidores e estudantes da Universidade Estadual de Goiás (UEG) foi pauta de audiência pública, na **Assembleia**

**Legislativa de Goiás**, na manhã desta quarta-feira, 6. A sessão foi convocada e conduzida pelo deputado estadual Antônio Gomide (PT), e contou com participação dos deputados estaduais Bia de Lima (PT), Mauro Rubem (PT), Talles Barreto (UB), o reitor Antonio Cruvinel Borges Neto, o coordenador da Associação dos Docentes da UEG, Marcelo Moreira, estudantes, servidores e entidades de classe.

Antônio Gomide destacou que a audiência pública faz parte das demandas da comunidade universitária da instituição. Como presidente da Frente Parlamentar da UEG na Assembleia, o parlamentar se prontificou a organizar a reunião em contexto de greve protagonizada pelos docentes da universidade, em busca do plano de carreira da categoria.

Durante a audiência, o parlamentar elencou as demandas dos professores, como a extinção do quadro que limita a promoção, com 27% dos docentes da UEG que estão com salários incompatíveis com suas titulações. Ele salientou que dos 1.010 docentes concursados, 299 ainda aguardam promoção. Além disso, os professores solicitam o plano de carreira.

"Ainda estamos aguardando o projeto de plano de carreira a ser enviado pelo governo para a Assembleia Legislativa, para votarmos", cobrou Antônio Gomide, que reforçou a necessidade de criação de um comitê para diálogo direto com o governador Ronaldo Caiado (UB).

O deputado ainda lembrou que os estudantes lutam por aluguel social a partir da matrícula na universidade, direito ao passe livre interurbano, direito ao acúmulo de bolsas oferecidas pela universidade, no limite até de duas, aumento no valor desses benefícios, aumento da quantidade das bolsas, criação do restaurante popular, entre outras demandas.

Luta por melhorias

A deputada Bia de Lima, que é presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego), cobrou do governo estadual o plano de carreira e também o chamamento de técnicos administrativos, aprovados em concurso público, conforme manifestação do Ministério Público e **Tribunal de Contas do Estado**.

Já o coordenador da Associação dos Docentes da UEG, Marcelo Moreira, explanou o histórico de lutas dos servidores em prol da valorização da instituição junto ao governo estadual. Ele salientou que a categoria busca diálogo com o governo estadual há pelo menos um ano, mas não é atendida.

"Estamos dizendo o que desejamos e o governo se nega a conversar conosco. Somente com o Secretário Geral de Governo foram cinco reuniões desmarcadas", salienta.

Defesa

O reitor da UEG, Antonio Cruvinel Borges Neto, reforçou que solicita atualização do atual plano de carreira para que as vagas de docentes que estão represadas com promoções possam acontecer. Mas para isso é preciso de um projeto de lei, cuja iniciativa é do Executivo.

"Estamos trabalhando nesta pauta. Também a implantação do Regulamento do Regime de Tempo Integral de Dedicação à Docência e à Pesquisa, que conseguimos atender, com cadastro de reserva de 120. O governo nos oferece um sinal de mais 40 professores com processo bem encaminhado", reforçou o reitor.

O deputado Talles Barreto, líder do governo na casa, lembrou que o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), do qual o Estado de Goiás faz parte, limita gastos, o que impede certos avanços, mas que o governo estadual busca contemplar as demandas. "O estado vai buscar, sem criar problemas com o RRF, para atender. Vamos estar juntos, com bom senso e equilíbrio", disse.

Gabinete Dep. Antônio Gomide Conteúdo de responsabilidade do deputado e sua assessoria de imprensa, não representando opinião ou conteúdo

institucional da **Assembleia Legislativa de Goiás** (**Alego**).

Compartilhar

***Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias-dos-gabinetes/142276/valorizacao-da-ueg-e-pauta-de-audiencia-publica-conduzida-pelo-deputado-estadual-antonio-gomide***

# Matérias do Executivo são lidas no Expediente

Além de relatórios oriundos do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO), referentes ao quarto trimestre de 2023 (processos nº 4440/24 e 4403/24 ), o Expediente da sessão ordinária desta quinta-feira, 7, contou com a leitura de duas matérias do Poder Executivo. São elas:

- 4331/24 - Governadoria do Estado - Autoriza a abertura de crédito especial à Secretaria de Estado da Casa Militar.

- 4332/24 - Governadoria do Estado - Altera a Lei Estadual nº 13.591, de 18 de janeiro de 2000, que institui o Programa de Desenvolvimento Industrial de **Goiás** (Produzir) e o Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais (Funproduzir).

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

***Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/142262/materias-do-executivo-sao-lidas-no-expediente***

# Atricon pede ao Supremo mais dez dias de prazo para consenso sobre lei goiana

***Fabiana Pulcineli***

Representantes da Atricon e de Poderes e órgãos de **Goiás** em audiência com o ministro André Mendonça no Supremo, em 6 de fevereiro, em Brasília (Divulgação / Redes sociais)

A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) mais dez dias de prazo para buscar um consenso sobre a lei goiana que instituiu julgamento de contas do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO) pela Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**). Os 30 dias estabelecidos pelo ministro André Mendonça vencem hoje e a petição da Atricon foi procolada às 13 horas.

No documento, a entidade, autora da ação direta de inconstitucionalidade (ADI) contra a lei, afirma que "as tratativas conciliatórias estão avançando, contudo, é necessária pequena dilação de prazo para conclusão dos trabalhos".

Conforme mostrou O POPULAR, o governador Ronaldo Caiado (UB) e o presidente da **Alego**, Bruno Peixoto (UB), estiveram ontem na sede do **TCE**-GO para discutir um consenso sobre a ADI. Bruno vem afirmando que houve concordância pela revogação da lei, mas que não há convergência sobre a redação de novo projeto.

O dirigente da **Alego** chegou a anunciar que cancelaria a lei anterior esta semana, mas há entendimento de que a revogação poderia representar perda de objeto da ADI, com arquivamento do processo.

A ADI foi protocolado em 26 de dezembro, logo que sancionada a lei pelo governador, em meio à crise institucional entre o Executivo, apoiado pela **Alego**, e o **TCE**-GO. A insatisfação de Caiado ocorreu por conta da decisão do tribunal de cancelar chamamentos públicos para gestão de hospitais estaduais com participação de organizações da sociedade civil (OSCs) e recomendação para que o governo não assinasse novos contratos com OSCs.

Na semana passada, o **TCE**-GO mudou o entendimento e passou a permitir os chamamentos. Há também pressão do governo para que o tribunal declare a legalidade do modelo de contratação para construção e gestão do Complexo Oncológico do Estado (Cora).

Há informações nos bastidores sobre proposta de termo de ajustamento de gestão (TAG) sobre o Cora, que trataria de orçamento, projetos e prazo para ajustar licenças da obra.

Está prevista para o final da tarde desta quinta uma nova reunião entre **Alego** e **TCE**-GO ainda para buscar um consenso sobre uma possível nova lei.

***

E-mail: fabiana.pulcineli@opopular.com.br

Twitter: @fpulcineli

Instagram: @fpulcineli

Facebook: fabiana.pulcineli

***Site: https://opopular.com.br/opiniao/blog-fabiana-pulcineli/atricon-pede-ao-supremo-mais-dez-dias-de-prazo-para-consenso-sobre-lei-goiana-1.3116270***

# STF dá mais 15 dias para consenso sobre lei de julgamento de contas

Governador Ronaldo Caiado e o presidente da **Alego**, Bruno Peixoto: reunião no **TCE** para discutir acordo sobre a ADI Na foto, governador de **Goiás**, Ronaldo Caiado e o Presidente da **Alego**, Deputado Bruno Peixoto (Wesley Costa / O Popular)

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), prorrogou em 15 dias o prazo para consenso sobre a lei goiana que instituiu julgamento de contas do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-**GO**) por parte do Legislativo e que é alvo de ação direta de inconstitucionalidade (ADI). As partes envolvidas enviaram pedido de mais tempo, que variam de 10 a 30 dias, para a conciliação, alegando que houve avanços nas tratativas. O prazo de um mês que havia sido estabelecido pelo relator terminou nesta quinta-feira (7).

Enquanto a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), autora da ADI, pediu mais 10 dias, a Assembleia Legislativa (**Alego**) e o governo de **Goiás** solicitaram sobrestamento do processo por até um mês. Houve recuo na decisão de revogar a lei esta semana, como havia sido anunciado pelo presidente da **Alego**, Bruno Peixoto (UB). O acerto inicial seria de revogar e pedir mais prazo para discutir a redação de um novo projeto, em acordo entre as partes.

Conforme mostrou O POPULAR, o governador Ronaldo Caiado (UB) e Bruno estiveram na tarde de quarta-feira (6) na sede do **TCE**-**GO** para discutir um acordo sobre a ADI, mas os termos ainda não foram fechados. O encontro com quatro conselheiros, incluindo o presidente **Saulo Mesquita**, não teve divulgação por parte dos órgãos.

O presidente da **Alego** vem afirmando que não há convergência sobre a questão específica de julgar as contas do **TCE**-**GO** em plenário. Uma minuta proposta pela Atricon foi rejeitada pela **Alego**, enquanto o texto feito pelo Legislativo tem cerca de um terço não acatado pela entidade, conforme informações de Bruno.

Na petição protocolada às 13 horas, a Atricon afirma que "as tratativas conciliatórias estão avançando, contudo, é necessária pequena dilação de prazo para conclusão dos trabalhos". Já a **Alego** enviou o documento às 14h40, também dizendo que "as discussões estão em estágio avançado". "No entanto, necessitam um tempo maior de maturação", completa.

A petição do governo, assinada pelo procurador-geral do Estado, Rafael Arruda, foi enviada ao Supremo depois que o ministro já havia dado despacho permitindo a prorrogação por 15 dias. "Cumpre informar que os atores institucionais que propuseram a medida conciliatória, dentre os quais o Estado de **Goiás** se inclui, vêm envidando, regularmente, esforços destinados à elaboração da minuta substitutiva em comento. Todavia, o prazo inicialmente dispensado a esse mister se mostrou insuficiente", diz o documento.

No despacho, Mendonça reforça que, no novo prazo, "as partes requeridas, em especial a Assembleia Legislativa, deverão apresentar nos autos minuta de ato(s) normativo(s) que possa(m) compreender e solucionar os pontos de controvérsia identificados durante os debates" (referência à audiência de conciliação realizada em 6 de fevereiro).

A informação de bastidores é que, caso houvesse revogação da lei sem o acerto sobre novo projeto, o ministro poderia considerar perda de objeto e arquivar a ADI, daí a decisão por fazer os dois movimentos de forma conjunta.

Insatisfação

A ação foi protocolada em 26 de dezembro, depois que o governador sancionou a lei, em meio à crise institucional entre o Executivo, apoiado pela **Alego**, e o **TCE**-**GO**. A insatisfação de Caiado ocorreu por conta da decisão do tribunal de cancelar chamamentos públicos para gestão de hospitais estaduais com participação de organizações da sociedade civil (OSCs) e recomendação para que o governo não assinasse novos contratos com OSCs.

Na semana passada, o **TCE**-**GO** mudou o entendimento e passou a permitir os chamamentos. Há também pressão do governo para que o tribunal declare a legalidade do modelo de contratação para construção e gestão do Complexo Oncológico do Estado (Cora). Um processo foi aberto em setembro do ano passado, a partir de representação protocolada pelo PSDB estadual - então presidido pelo ex-governador Marconi Perillo - que questiona a ausência

de licitação ou chamamento para contratação da Fundação Pio XII, responsável pelo Hospital de Amor de Barretos, para construir e gerir o Cora por 12 anos, ao preço de R$ 2,4 bilhões.

Há informações nos bastidores sobre proposta de termo de ajustamento de gestão (TAG) sobre o Cora, que trataria de orçamento, projetos e prazo para ajustar licenças da obra. Não há ainda previsão de julgamento do processo da representação do PSDB, que tramita sob sigilo por determinação do relator, **conselheiro Sebastião Tejota**.

Nos bastidores, representantes das partes não descartam a possibilidade de não haver nova lei.

A Atricon foi procurada, mas não deu informações sobre o andamento das discussões. Uma nova reunião entre representantes da **Alego** e do **TCE-GO** estava prevista para a tarde desta quinta-feira, mas foi adiada.

Resistências

O POPULAR mostrou em 6 de fevereiro, dia da audiência de conciliação no Supremo, que a Atricon manifesta a maior resistência sobre um novo projeto de lei que trate de controle do **TCE-GO**. A entidade defendia a revogação sem qualquer novo texto, especialmente pelos reflexos que uma nova norma podem ter em outros Estados.

Para a Atricon, qualquer forma de julgamento de contas abriria precedente até mesmo para o Tribunal de Contas da União (TCU), que hoje envia relatórios ao Congresso, mas sem apreciação por parte dos parlamentares. É o mesmo que ocorre também no **TCE-GO**, que já encaminha balanços trimestrais e anuais ao Legislativo.

A proposta inicial de Bruno Peixoto era excluir do texto apenas os artigos que estabelecem penalidades contra gestores do tribunal, em posição semelhante ao que defendeu o procurador-geral da República, Paulo Gonet, em parecer na ADI. Gonet apontou que a **Alego** pode apreciar os balanços, conforme jurisprudência do próprio Supremo, mas que as sanções, multas e outros atos administrativos previstos na lei extrapolam as competências do Poder Legislativo.

Ao longo dos últimos 30 dias, nas articulações, Bruno já admitiu a possibilidade de amenizar as normas na parte que estabelece o julgamento das contas pelo plenário. Poderia ser incluída apenas a homologação de parecer feito na Casa. Ainda assim, ainda não houve consenso sobre todos os artigos.

Deputados estaduais aliados do governo admitiam nesta quinta-feira que, "em nome da harmonia e da paz", pode haver desistência de novo projeto.

***Site: https://opopular.com.br/politica/stf-da-mais-15-dias-para-consenso-sobre-lei-de-julgamento-de-contas-1.3116459***

# TCE-GO define Edson Ferrari como relator das contas de Caiado neste ano

A Redação

**Goiânia** - O parecer prévio do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-**GO**) sobre as contas do governador Ronaldo Caiado, relativas ao exercício de 2024, terá como relator o **conselheiro Edson Ferrari**. A definição ocorreu hoje (6/3), na primeira sessão plenária do ano. As contas anuais prestadas incluem as gestões dos chefes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público, Defensoria Pública, **TCE**-**GO** e TCM-**GO**. Servidora do **TCE**-**GO** é selecionada para Conselho de Auditores da ONU

A definição do relator obedeceu critério de rodízio entre os conselheiros, sem a participação do presidente **Saulo Mesquita**. Também não tomaram parte este ano os conselheiros Carla Santillo, **Sebastião Tejota**, **Celmar Rech**, **Kennedy Trindade** e **Helder Valin**, responsáveis, respectivamente, pelas contas de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023, ficando na lista apenas o **conselheiro** Ferrari.

As contas de 2024 serão encaminhadas ao **TCE**-**GO** no primeiro semestre do próximo ano, mas o Regimento Interno do Tribunal prevê a escolha antecipada do relator para o início de cada exercício para que o órgão possa fazer um acompanhamento simultâneo à execução orçamentária, trocando informações com os setores técnicos da Secretaria da Economia e dando celeridade na apreciação das contas.

Com relação às contas de 2023, cujo relator é o **Conselheiro** Valin, o governo deve encaminhá-las ao **TCE**-**GO** em até 60 dias após a abertura dos trabalhos legislativos deste ano, em 15 de fevereiro.

A análise das contas do Executivo é uma das principais atribuições do **TCE**-**GO**. Com fundamento em estudos técnicos, o relator deve elaborar um parecer prévio que será votado pelo Tribunal em sessão plenária. Na sequência, o documento é encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás**, embasando o julgamento final pelos deputados estaduais.

Leia mais

***Site: https://www.aredacao.com.br/noticias/205746/tce-***

***go-define-edson-ferrari-como-relator-das-contas-de-caiado-neste-ano***

# Caiado vai ao TCE para discutir consenso em ação no Supremo

No Papo Político desta quinta-feira (7), Fabiana Pulcineli fala sobre o governador Ronaldo Caiado que esteve nesta quarta-feira (6) na sede do **Tribunal de Contas do Estado** (TCE) para discutir um consenso sobre a ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal contra a lei que instituiu julgamento das contas do TCE pela Assembleia Legislativa. O prazo para um acordo termina nesta quinta-feira, mas ainda não houve divulgação oficial sobre uma possível desistência sobre a lei e a elaboração de um novo texto, mas caminha para isso.

Ouça abaixo:

***Site: https://www.cbngoiania.com.br/programas/cbn-goiania/papo-politico/papo-pol%C3%ADtico-1.213651/caiado-vai-ao-tce-para-discutir-consenso-em-a%C3%A7%C3%A3o-no-supremo-1.2777720***

# Atricon pede ao STF mais 10 dias para consenso sobre lei que permite que Alego julgue contas do TCE

Uma petição da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) foi protocolada nesta quinta-feira, pedindo ao Supremo Tribunal Federal (STF) mais dez dias de prazo para buscar um consenso sobre a lei goiana que instituiu julgamento de contas do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO) pela Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**).

As informações foram divulgadas pela jornalista do O Popular e colunista da CBN, Fabiana Pulcineli. No início da semana, em entrevista ao Na Trilha da Política, o presidente da **Alego**, Bruno Peixoto (UB), afirmou que os órgãos estavam ainda discutindo um entendimento sobre o texto.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade foi protocolado em 26 de dezembro, logo que sancionada a lei pelo governador, Ronaldo Caiado, em meio à crise institucional entre o Executivo, apoiado pela **Alego**, e o **TCE**-GO.

A insatisfação do governador, ocorreu por conta da decisão do tribunal de cancelar chamamentos públicos para gestão de hospitais estaduais com participação de organizações da sociedade civil (OSCs) e recomendação para que o governo não assinasse novos contratos com OSCs. Na semana passada, o **TCE**-GO mudou o entendimento e passou a permitir os chamamentos.

Ouça reportagem completa:

Por Nathália Lima

***Site: https://www.cbngoiania.com.br/programas/cbn-goiania/cbn-goi%C3%A2nia-1.213644/atricon-pede-ao-stf-mais-10-dias-para-consenso-sobre-lei-que-permite-que-alego-julgue-contas-do-tce-1.2777825***

# Servidores do TCE-GO sem concurso público permaneceram por decisão judicial

A juíza Mariuccia Benicio Soares Miguel, da 7ª Vara de Fazenda Pública Estadual de **Goiânia**, decidiu a favor de seis servidores do Tribunal de Contas de **Goiás** (**TCE**-GO), contratados sem concurso público, garantindo-lhes a permanência em seus cargos.

Leia também: Projeto dispõe que idosos com mais de 70 anos possam decidir sobre regime de casamento

A magistrada negou o pedido do Ministério Público de **Goiás** (MPGO) que buscava anular os atos de admissão e efetivação dos requeridos, pedindo a exclusão dos quadros do **TCE**-GO.

O MPGO argumentou que as contratações ocorreram após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabelece a realização de concurso público para cargos na administração pública.

No entanto, os advogados dos servidores ressaltaram que à época de suas admissões, essa regra não estava solidificada no sistema jurídico brasileiro.

A juíza citou um julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) semelhante, que reconheceu a boa-fé dos servidores e decidiu pela manutenção dos atos administrativos, mesmo em situação de inconstitucionalidade, invocando razões de segurança jurídica.

Leia a sentença.

***Site: https://portalcontexto.com/servidores-do-tce-go-sem-concurso-publico-permaneceram-por-decisao-judicial/***